

Governo projeta crescimento da dívida em R\$ 2,5 bilhões

A dívida pública em depósitos compulsórios no Banco Central e títulos federais, com exceção das LBC, crescerá, no mínimo, R\$ 2,4 bilhões e, no máximo R\$ 9,6 bilhões de outubro até o final do ano. Estes foram os números estimados pelo diretor de Política Econômica do Banco Central, Francisco Lopes, para elaborar a programação monetária do trimestre aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os números indicam uma substancial redução na velocidade de crescimento da dívida, no trimestre anterior, de julho a setembro. O aumento desse tipo de dívida foi de R\$ 20,9 bilhões. O crescimento previsto para o período de outubro a dezembro corresponde a uma faixa entre 11,48% e 45,93% do aumento da dívida entre julho e

setembro.

Francisco Lopes explica que o principal motivo para isso é a redução do volume de capital estrangeiro que está entrando no Brasil. A redução gradual dos juros continuará, e também influenciou na previsão, disse o diretor.

Lopes informou que o BC trabalha com a expectativa de que as reservas internacionais disponíveis terminem o ano em cerca de US\$ 50 bilhões, mesmo com a entrada de US\$ 2.931 bilhões pelo câmbio comercial em outubro. Como no final de setembro as reservas em caixa estavam em US\$ 46,6 bilhões, a perspectiva de entrada de dólares no Brasil para os três meses é bem menor que os US\$ 5,8 bilhões que entraram só em agosto.

Em julho e agosto, a entrada líquida de capital estrangeiro no Bra-

sil bateu recordes, e as reservas aumentaram US\$ 14 bilhões. Em compensação, o Governo emitiu 17,240 bilhões em títulos naqueles dois meses, e o crescimento da dívida mobiliária interna provocou o estouro em 11% da meta do trimestre passado para a base monetária ampliada, que inclui o dinheiro em cédulas e notas, as reservas bancárias, os títulos federais com exceção das LBC, e os depósitos compulsórios.

As Letras do Banco Central, série especial (LBC E) são títulos federais emitidos exclusivamente, para serem trocados por papéis estaduais com taxas de juros idênticas. Por isso, na prática, as LBC E não provocam custos para o Governo Federal e, assim, não são consideradas pelo Banco Central como parte da dívida pública relevante.